

# AVISO DE ABERTURA

## PREVPAP

### Recrutamento de Técnicos Especializados

#### Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários

(artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro)

Abertura de procedimento concursal comum, com carácter de urgência, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho no Agrupamento de Escolas de Real, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP).

#### 1. Publicitação

Nos termos do disposto nos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, torna-se público que por despacho da Diretora do Agrupamento de Escolas de Real, no exercício das suas competências, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho do Agrupamento de Escolas de Real, na categoria de técnico superior, da carreira de técnico superior.

#### 2. Legislação aplicável

Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (PREVPAP); Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho; Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril e Código do Procedimento Administrativo.

#### 3. Local de Trabalho

Agrupamento de Escolas de Real, com sede na Escola EB23 de Real, sita na Avenida São Frutuoso, S/N, 4700-291 Braga.

#### 4. Modalidade de contrato

O procedimento concursal destina-se à ocupação de 1 (um) posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos constantes do artigo 40.º e seguintes da LTFP.

#### 5. Fundamentos para a abertura do procedimento concursal comum

O presente procedimento concursal é aberto no âmbito do PREVPAP, para regularização das situações de trabalho precário previstas no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

#### 6. Caracterização do posto de trabalho

O posto de trabalho a ocupar caracteriza-se pelo exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior, tal como descrito no Anexo referido no n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, e de acordo com as atividades inerentes às de técnico superior (generalista), designadamente com o seguinte perfil de competências:

- a) Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;
- b) Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços;

- c) Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado;
- d) Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

## **7. Habilitações literárias exigidas**

Ser detentor de Licenciatura, grau de complexidade 3, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP.

## **8. Posição remuneratória**

2.º nível remuneratório da tabela remuneratória única (EUR:1201,48 €).

## **9. Requisitos de admissão relativos ao trabalhador**

- 9.1. Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria de técnico superior, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;
- 9.2. Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da LTFP:
  - a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
  - b) 18 anos de idade completos;
  - c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe a desempenhar;
  - d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
  - e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.
- 9.3. Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 7. do presente aviso.
- 9.4. No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

## **10. Forma e prazo de apresentação das candidaturas:**

- 10.1. **Prazo:** 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Real.
- 10.2. **Forma:** As candidaturas deverão ser submetidas, obrigatoriamente, mediante preenchimento de formulário próprio disponibilizado eletronicamente no Sistema Interativo de Gestão de Recursos Humanos da Educação – SIGRHE > Situação Profissional > PND – Procedimentos concursais > Formulário de Candidatura no portal da Direção Geral da Administração Escolar ([www.dgae.mec.pt](http://www.dgae.mec.pt)) e formalizadas através da entrega, nas instalações do Agrupamento de Escolas de Real, ou enviadas pelo correio, para a morada identificada no n.º 3 do presente Aviso, em carta registada com aviso de receção, dirigidas à Diretora do Agrupamento de Escolas de Real, ou remetidas por via eletrónica para o endereço de email [secretaria@aereal.edu.pt](mailto:secretaria@aereal.edu.pt), até ao último dia do prazo para apresentação das candidaturas, dos seguintes documentos:
  - a) Fotocópia do Certificado de Habilitações;
  - b) Fotocópia dos Certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
  - c) Curriculum Vitae;
  - d) Certificado do registo criminal, de acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro;
  - e) Declaração emitida pelo serviço onde o candidato se encontra a exercer ou tenha exercido funções, devidamente atualizada e autenticada, onde conste, de forma inequívoca, a categoria com descrição detalhada das funções, atividades, atribuições e competências inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato.

## 11. Métodos de Seleção

O método de seleção a utilizar será a avaliação curricular.

- 11.1. A avaliação curricular (AC) visa avaliar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas. Para tal, serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho, nomeadamente: as habilitações académicas, a formação profissional, a experiência profissional, o conhecimento da realidade social escolar e educativa do agrupamento e a capacidade de comunicação e motivação para as funções a desempenhar. Será expressa numa escala de 0 a 100 valores, com arredondamento às centésimas, sendo a classificação obtida através da soma das ponderações dos critérios a avaliar.
- 11.2. Critérios de ponderação da avaliação curricular e correspondente ponderação
  - a) Formação específica / Mestrado na área – até 10 pontos;
  - b) Certificado de Registo de Formador – 4 pontos;
  - c) Experiência no acompanhamento em coadjuvação pedagógica a alunos com dificuldades comportamentais – 16 pontos;
  - d) Conhecimento da realidade social escolar e educativa do Agrupamento – até 15 pontos;
  - e) Experiência profissional em programas de intervenção nas causas pessoais e sociais indutoras de insucesso e abandono escolar – até 10 pontos;
  - f) Capacidade de comunicação e motivação para as funções a desempenhar – até 15 pontos;
  - g) Número de anos de experiência profissional do candidato na área – até 35 pontos.
- 11.3. A publicação dos resultados obtidos na avaliação curricular é afixada em local visível e público nas instalações deste Agrupamento de escolas na sua página eletrónica.
- 11.4. A classificação final (CF) dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 100 valores, com arredondamento às centésimas, em resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção com a seguinte ponderação:  $CF = (a \times 35)/nMax$ , sendo “a” o número de anos de experiência profissional do candidato na área e “nMax” o valor apresentado pelo candidato com o maior número de anos de experiência profissional na área.
- 11.5. Haverá lugar à audiência de interessados, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final. Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, mas preferencialmente, por correio eletrónico, nos termos dos n. os 7 e 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário próprio, aprovado pelo Despacho n.º 11 321/2009, de 8 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponibilizado no endereço eletrónico da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), em [www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt), podendo ser obtido na página eletrónica ou junto dos serviços administrativos do Agrupamento de Escolas de Real.
- 11.6. Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação do método a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método constam das atas das reuniões do júri do procedimento, as quais são publicitadas no sítio da Internet da entidade.
- 11.7. A ordenação final dos candidatos admitidos que completem o procedimento concursal é efetuada de acordo com o resultado da classificação quantitativa obtida no método de seleção.
- 11.8. Critérios de desempate: Em caso de igualdade de valoração, os critérios de desempate a adotar são os constantes do artigo 27.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

## 12. Comprovação de dados e motivos de exclusão

- 12.1. Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
- 12.2. Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, a não apresentação dos documentos no ponto 10.2 determina a exclusão dos candidatos.

- 12.3. O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legais ou regularmente previstos;
- 12.4. Obtenção de uma valoração inferior a 49,50 pontos na CF referida no ponto 11;

### 13. Júri

- 13.1. O Procedimento concursal tem carácter urgente, prevalecendo as funções próprias do júri sobre quaisquer outras.
- 13.2. Composição e identificação do júri:
- Presidente: Miguel Maria Balaia Pereira Ramos
- Vogal Efetivo: Cláudia Maria Pires Corais Dias
- Vogal Efetivo: Luísa Maria Barros Figueiredo Cruz
- Vogal Suplente: Maria do Sameiro Soares Gonçalves Russel Sampaio
- Vogal Suplente: Estela Fernanda Domingues Vaz Alves
- 13.3. A presidente de júri será substituída nas suas faltas e impedimentos por um dos vogais efetivos.

### 14. Disposições finais

A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação da Diretora do Agrupamento de Escolas de Real, é publicada na BEP, afixada em local público e visível das instalações do Agrupamento de Escolas de Real e disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª Série do Diário da República, com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 5 do artigo 28.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica do Agrupamento de Escolas de Real ([http://portal.aereal.edu.pt/\\_PREVPAP](http://portal.aereal.edu.pt/_PREVPAP)).

Agrupamento de Escolas de Real, 6 de abril de 2020

A Diretora



(Zita Margarida Barreira Esteves)